



Centro de
Memória
da Amazônia - UFPA
SÉRIE CRIMINAL
Catálogos

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO PARÁ



LIBRARY
HSILIB

Universidade Federal do Pará

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

PROAD: Raimundo da Costa Almeida

PROEX: Nelson José de Souza Júnior

SAEST: Ronaldo Marcos de Lima Araújo

Centro de Memória da Amazônia

Diretora: Magda Maria de Oliveira Ricci

Vice-Diretor: Antonio Maurício Dias da Costa

Coordenação de Apoio: Eronice Visgueira Sampaio Catunda

Coordenação de Ensino: Lucas Ayres Cardoso

Coordenação de Acervo: João Marcelo Barbosa Dergan

Assistente Administrativo: Antônio Maria Gonçalves dos Santos

Bibliotecária: Elisângela Silva da Costa

Centro de
Memória
da Amazônia - UFPA

Tv. Rui Barbosa, 491 – Reduto, Belém – PA, 66053-260

Telefone: (91) 3201-8981

E-mail: cma@ufpa.br

Site: www.cma.ufpa.br

**Equipe de Bolsistas do Projeto da Biblioteca
Britânica**

Aline Emilly Silva do Nascimento

Aline Tifany Bezerra de Araujo

Antonia Bianca Sousa Gondim

Daniele Guimarães da Cruz

Douglas Gustavo Araújo Ribeiro

Gabriel Mindelo Valente

Giulia Lanna Corrêa da Silva

Iris Carvalho Nascimento

Isaque Nascimento da Silva

Kellen Damasceno Sampaio

Luara dos Santos Cabral

Nicole Barros Guimarães

Raíssa Santos Barbosa

Renato Davi Gaspar Aquino

Williams Renan de Souza dos Santos

Editoração: Douglas Gustavo Araújo Ribeiro

ECONOMIA POPULAR (2ª PRETORIA, 3ª PRETORIA e 8ª VARA PENAL)

SOBRE O PROJETO:

O presente catálogo é parte do resultado do trabalho realizado no *Centro de Memória da Amazônia (CMA-UFGA)* dentro do projeto *Safeguarding the collection of processes and registry offices' documents from the Court of Justice of Pará, Brazil, 1818-1970 (EAP1465)*, uma parceria da *Universidade Federal do Pará* com a *Biblioteca Britânica (British Library)*. Este projeto propôs digitalizar, criar instrumentos de pesquisa e disponibilizar *online* os mais de sete mil documentos criminais (processos e livros cartoriais) disponíveis no acervo vindo do Fundo documental do *Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA)* / Série geral *Processos Crimes*, que desde 2007 está sob a guarda do CMA-UFGA. Para este catálogo apresentamos os documentos da série **Economia Popular**, a qual se apresenta neste instrumento de pesquisa com 3 categorias e 7 subcategorias de indexação. Da categoria *Identificação*, na subcategoria **Procedência**, informa-se a jurisdição que engloba o processo. Já em **Título**, nomeia-se a tipologia do processo (podendo ou não esta tipologia ser aquela da época, já que existem tipologias arcaicas menos acessíveis e que pouco expressam ao pesquisador o que identifica o documento processual). Em *Escopo e conteúdo*, na **Descrição**, descreve-se com um breve resumo as informações do documento, incluindo sua temporalidade, bem como identifica a presença de alcunhas ou termos pejorativos hoje tido por insultuosos ou eticamente comprometidos. Os **Anexos** englobam partes processuais que compõem e conformam o andamento jurídico do processo. Em **Regiões** apresentam-se identificações espaciais constantes no corpo documental e que o localizam espacialmente, facilitando o trabalho do pesquisador, podendo indicar cidades, estados, províncias, países, vilas etc. Os **Assuntos** são palavras chaves as quais, pelas normatizações nacionais e europeias, servem como marcadores identitários etno-sociais tais como a origem, profissão, estado civil dos envolvidos no processo. Por fim, a *Cópia digital* contém o **Link** de acesso ao arquivo em PDF do documento, devidamente identificado com marca-d'água. Para crimes sexuais com conteúdo extremamente sensível, o acesso à cópia digital será realizado através de requerimento via e-mail do *Centro de Memória (cma@ufpa.br)*. A cópia digital permite ao pesquisador ou pesquisadora a leitura integral da documentação, com demais informações não catalogadas.

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA:

A série **Economia Popular** trata de um conjunto de autos e inquéritos policiais de infrações em sua maioria relacionadas à Lei Nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951. São processos geralmente relacionados à manipulação de preços de mercadorias, exigências de pagamento para além do acordado, dentre outros. Outras legislações presentes nos autos são o Decreto-Lei Nº 9.840, de 11 de setembro de 1946 e o Decreto-Lei Nº 869, de 18 de novembro de 1938, que também tratam sobre crimes contra a economia popular, e a Lei Nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, que trata de regulamentos acerca da locação de prédios.

DIMENSÃO E SUPORTE:

3 caixas na subsérie, 11 processos, 1.220 páginas no total. Suporte físico e digital.

DATAS-BALIZA:

1948, 1950, 1952, 1953, 1954, 1957 e 1967.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951. Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11521.htm. Acesso em: 14 de maio de 2025.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.840, de 11 de setembro de 1946. Consolida infrações sobre crimes contra a economia popular e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9840-11-setembro-1946-457409-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 869, de 18 de novembro de 1938. Define os crimes contra a economia popular sua guarda e seu emprego. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-869-18-novembro-1938-350746-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

BRASIL. Lei Nº 4.494, de 25 de novembro de 1964. Regula a Locação de Prédios Urbanos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4494.htm. Acesso em: 14 de maio de 2025.

SUMÁRIO

2ª Pretoria	5
3ª Pretoria	5
8ª Vara Penal	5

Identificação		Escopo e conteúdo				Cópia digital
Procedência	Título	Descrição	Anexos	Regiões	Assuntos	Link
Juízo de Direito da 2ª Pretoria / Caixa Única	Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: Cezaltina Sequeira Vicente	O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 2ª Pretoria em 26 de julho de 1967 referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por Cezaltina Sequeira Vicente contra Thomas Edson de Vasconcelos. A vítima foi constantemente importunada pelo procurador da proprietária, tentando tirar ele da residência a qualquer custo afim de aumentar o aluguel, ademais, sendo vítima de calúnia sobre armazenamento de mercadoria clandestina e pagando o aluguel além da determinada por lei. A ré foi absolvida, houve recorrência, mas não consta outra finalidade.	1 Processo com 132 páginas, 2 Certidões, 1 Procuração, 1 Termo de Declaração, 1 Termo de Qualificação, 1 Registro Geral e 1 Folha de Registro.	Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Estado da Guanabara Belém	Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Proprietária Aeronauta Doméstica Parda	Acesse o documento aqui
Juízo de Direito da 2ª Pretoria / Caixa Única	Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: José Scaff	O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 2ª Pretoria em 14 de fevereiro de 1967 referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por José Scaff contra Irene Pereira da Silva. O réu foi acusado de receber quantia superior no pagamento do aluguel do que a prevista em lei de sua inquilina, tentando despejar a vítima se não pagasse. O réu foi absolvido.	1 Processo com 88 páginas, 1 Certidão, 4 Recibos, 1 Declaração, 1 Coluna de Jornal, 1 Termo de Qualificação e 1 Registro Geral.	Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Belém	Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Casado Comerciante Professora Funcionária Pública Paraense Branca	Acesse o documento aqui
Juízo de Direito da 3ª Pretoria / Caixa Única	Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: Olimpio Odorico Fernandes	O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 2ª Pretoria em 06 de dezembro de 1950 referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por Olimpio Odorico Fernandes. O réu cometeu o crime de usura, emprestando dinheiro a guardas civis com juros exorbitantes. Não consta a finalidade do processo.	1 Processo com 86 páginas, 16 Declarações, 1 Auto de perguntas, 3 Autorizações, 1 Lista de consignações, 1 Lista de descontos e 3 Listas de devedores.	Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Belém	Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Comerciante Policial civil Paraense Pardo Casado	Acesse o documento aqui
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: Aureliano Rodrigues da Costa	O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Penal em 24 de fevereiro de 1954 referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por Aureliano Rodrigues da Costa. O réu vendia carne de gado recém-abatido clandestinamente com o preço de carne frigorificada. A sentença condenou o réu, mas foi posteriormente absolvido.	1 Processo com 152 páginas, 1 Auto de prisão em flagrante, 1 Nota de culpa, 1 Alvará de soltura, 1 Identificação criminal, 1 Folha de antecedentes criminais, 1 Depoimento, 1 Autos de apresentação.	Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Belém	Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Comerciante Casado Português	Acesse o documento aqui
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: Jorge Rodrigues de Souza	O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Penal em 12 de novembro de 1957, referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por Jorge Rodrigues de Souza. O réu vendia peixe por um preço maior que o tabelado pela Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará. A denúncia foi julgada improcedente.	1 Processo com 106 páginas, 1 Auto de prisão em flagrante, 1 Nota de culpa, 1 Auto de apresentação, 1 Termo de entrega, 1 Cópia de ordem emitida pela Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará, 1 Identificação criminal, 1 Ficha de antecedentes criminais, 1 Ficha de filiação morfológica, 1 Pedido de recolhimento à prisão, 1 Página do Diário Oficial de 1º de março de 1958, 1 Auto de qualificação e 1 Auto de apresentação.	Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Belém	Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Brasileiro Solteiro Cortador de peixe	Acesse o documento aqui

Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: Lourival Alves Carneiro	O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Penal em 28 de agosto de 1948, referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por Lourival Alves Carneiro. O réu vendia peixe por um preço maior que o tabelado pela Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará. A denúncia foi julgada improcedente.	1 Processo com 106 páginas, 1 Auto de apresentação e apreensão, 4 Declarações, 1 Identificação criminal, 1 Folha de antecedentes, 1 Boletim individual e 1 Termo de audiência de julgamento.	Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Belém	Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Brasileiro Solteiro Cortador de peixe	Acesse o documento aqui
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: Luiz Alves	O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Penal em 16 de dezembro de 1953, referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por Luiz Soares. O réu vendia peixe por um preço maior que o tabelado pela Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará. A denúncia foi julgada improcedente.	1 Processo com 132 páginas, 8 Declarações, 1 Autos de perguntas, 1 Identificação criminal, 1 Folha de antecedentes, 1 Boletim individual.	Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Belém	Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Português Mecânico Solteiro	Acesse o documento aqui
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: Maria Tereza Aguiar	O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Penal em 11 de outubro de 1952, referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por Maria Tereza de Aguiar. A denunciada elevou ilegalmente o preço do aluguel do locatário Oscar Duarte. A denúncia foi julgada improcedente.	1 Processo com 142 páginas, 8 Recibos de pagamento de aluguel, 1 Carta do acusado, 4 Mandados, 1 Página do Diário Oficial de 21 de setembro de 1952, 1 Página do jornal Folha do Norte de 21 de setembro de 1952, 1 Sentença e 1 Declaração do acusado.	Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Belém	Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Brasileiro Viúva Doméstica	Acesse o documento aqui
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: Mario Campos Nogueira	O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Penal em 13 de abril de 1954, referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por Mario Campos Nogueira. O réu vendia vísceras por um preço maior que o tabelado pela Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará. A ação foi prescrita.	1 Processo com 84 páginas, 1 Auto de prisão em flagrante, 1 Nota de culpa, 1 Comunicado da Delegacia de Economia Pública, 1 Requisição da Penitenciária de São José, 1 Auto de apreensão e apresentação, 1 Identificação criminal, 2 Folhas de antecedentes, 1 Ficha de filiação morfológica e 1 Boletim individual.	Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Belém	Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Paraense Solteiro Vendedor de vísceras	Acesse o documento aqui
Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única	Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: Matias Cardoso	O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Penal em 24 de abril de 1954, referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por Matias Cardoso. O réu vendia caranguejos por preço maior que o tabelado pela Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará. O réu foi absolvido.	1 Processo com 84 páginas, 1 Auto de apresentação e apreensão, 1 Auto de prisão em flagrante delito, 1 Nota de culpa, 1 Ofício da Subdelegacia de Pedreira, 1 Boletim Individual, 1 Folha de antecedentes, 1 Folha de filiação morfológica, 1 Identificação criminal e 1 Sentença do Tribunal de Justiça.	Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Belém	Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Brasileiro Casado Ajudante de pedreiro	Acesse o documento aqui

<p>Juízo de Direito da 8ª Vara Penal / Caixa Única</p>	<p>Autos de crime contra a Economia Popular. Autora: Justiça Pública. Réu: Pedro de Alcantara Cardoso</p>	<p>O documento é um processo aberto pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Penal em 23 de dezembro de 1957, referente ao crime contra a Economia Popular, cometido por Pedro de Alcantara Cardoso. O réu vendeu limões acima do preço tabelado pela Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará. A denúncia foi julgada improcedente.</p>	<p>1 Processo com 108 páginas, 1 Auto de prisão em flagrante, 1 Nota de culpa, 1 Auto de apresentação e apreensão, 1 Boletim Individual, 1 Ficha de filiação morfológica, 1 Folha de antecedentes, 1 Identificação criminal e 1 Auto de qualificação.</p>	<p>Estados Unidos do Brasil Estado do Pará Belém</p>	<p>Administração Crime Direito e Assuntos Jurídicos Paraense Comerciante ex-tenente da Guarda Nacional Militar</p>	<p>Acesse o documento aqui</p>
--	---	--	---	--	--	--